



Bolsas		Pontuação B3					Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira		IBovespa nos últimos dias					Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,87%	São Paulo	168.334				171.990	19/junho 5,164 22/junho 5,141 23/junho 5,187 24/JUNHO 5,202	R\$ 1.621	R\$ 5,889	14,15%	14,15%	Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58
0,14%	Nova York	22/6	23/6	24/6	25/6		R\$ 5,178 (- 0,46%)					

APOSTAS ON-LINE

Governo abre nova frente contra as bets

Ministério da Justiça vai investigar influenciadores que estimulam o público a apostar durante a Copa

» PEDRO JOSÉ*
» EDUARDA ESPOSITO

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, abriu investigação para apurar possíveis irregularidades durante a transmissão e a cobertura da Copa do Mundo de 2026 pela emissora no YouTube CazéTV. O canal enfrenta críticas por analisar tecnicamente e sugerir apostas durante as transmissões dos jogos na Copa do Mundo 2026.

A estratégia adotada pela CazéTV reacendeu o debate sobre as apostas on-line. Com a repercussão, o canal passou a adotar uma postura mais cautelosa na divulgação de casas de apostas esportivas após a publicação do Despacho nº 261/2026 da Senacon, que determinou a abertura de uma averiguação preliminar contra a CazéTV Produções Ltda.

A mudança pôde ser observada na manhã de ontem, durante o programa “Geral CazéTV”. Ao anunciar uma ação comercial da Bet365, a apresentadora Ana Helena Goebel reforçou de forma mais explícita mensagens sobre jogo responsável, destacando que a plataforma é destinada apenas para maiores de 18 anos e alertando que as apostas devem ser realizadas apenas como forma de entretenimento.

“Olha só, tá liberado sonhar com o hexa. É claro que a Bet 365 chegou junto nessa, os caras estão cheios de novidades, mas aí fica ligado, a Bet 365 é uma plataforma para maiores de idade e que apoia o jogo responsável, inclusive oferecendo ferramentas para ajudar você a manter controle da sua atividade. Por isso, gente, aposta somente para diversão, jogando com muita responsabilidade e lembrando sempre também para maiores de 18 anos”, disse a apresentadora durante a transmissão.

Onovo tom é diferente das abordagens utilizadas anteriormente. Em trecho recuperado pelo **Correio** da partida entre México e Coreia do Sul, em 18 de junho, o narrador Azeludo apresentou uma combinação de apostas envolvendo jogadores das duas seleções e convidou os comentaristas a avaliare as chances de sucesso da aposta cotada com Odds 4. Ou seja: para cada real apostado, o retorno seria de R\$ 4.

Na ocasião, a comentarista Ju Cabral afirmou que a possibilidade de o cenário ocorrer era grande. “Cara, a odd é maravilhosa porque a chance de isso acontecer é grande”,

Divulgação



O influenciador e empresário Casimiro é o principal nome da CazéTV: emissora mudou o tom após ações explícitas para apostas eletrônicas

disse. No final do jogo, a aposta oferecida não foi concretizada.

Entre os casos citados no documento da Senacon estão ações promocionais realizadas durante as partidas entre Inglaterra e Gana, Argentina e Áustria, além de Uruguai e Cabo Verde. Segundo a Secretaria, as peças publicitárias continham elementos que podem ter estimulado apostas imediatas, promovido ofertas especiais e associado a emoção do futebol à prática de apostas esportivas. O **Correio** entrou em contato com a CazéTV, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

O influenciador e empresário Casimiro, principal representante da CazéTV, respondeu aos questionamentos de internautas sobre o tema durante uma live, nesta semana.

“Oh, meu Deus, não aguento mais tantos odds de bet, tem bet para todo lado, tem 20 bets no jogo. É fato, não tem muito o que fazer, é o que faz girar o negócio. Provavelmente, se não existisse bet, teria que arrumar o jogo de outro lugar. Mas eu não sei, sinceramente, se daria para a gente ter as

competições que temos. Eu não sei se tem prazo de validade, mas acho que vai ter outras coisas também, vai ser a febre de outra parada pagando (os patrocinios). ‘Você acha que isso não prejudicou, não?’ Não. Acho que não prejudicou o quê? A galera pode se incomodar de ver (as bets) na tela, mas prejudicar o quê?”, questionou.

A investigação analisa possíveis violações ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), à Lei nº 14.790/2023 e à Portaria SPA/MF nº 1.231/2024, que regulamenta a publicidade das apostas de quota fixa no Brasil.

A Senacon também avalia se houve publicidade abusiva ao associar eventos esportivos de grande apelo popular às apostas e se o público conseguia identificar de forma clara a separação entre o conteúdo editorial das transmissões e as mensagens publicitárias.

Com a abertura da averiguação preliminar, a Senacon pretende reunir informações para verificar se houve eventual descumprimento das normas de proteção ao consumidor e da regulamentação específica do setor de apostas esportivas.

Crterios objetivos

Para o advogado Luiz Augusto Filizzola D’Urso, especialista em direito digital e presidente da Comissão Nacional de Cibercrimes da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), a investigação pode resultar em punições à emissora, mas a aplicação de eventuais sanções encontra obstáculos na própria regulamentação.

“Em razão desse procedimento instaurado pela Senacon, é possível haver punições para a emissora, mas, a meu ver, seriam absolutamente injustas. E não porque cabe interpretação com relação à publicidade que estão fazendo, mas porque, para se ter segurança jurídica e uma punição ao final por conta de uma publicidade inadequada, seria necessário uma lei muito mais específica”, afirma.

O especialista avalia que a legislação atual estabelece princípios gerais, mas não apresenta critérios objetivos suficientes para orientar empresas, emissoras e influenciadores. “A lei hoje é absolutamente subjetiva. Ela diz que a publicidade

deve afastar os riscos e ser transparente, mas não apresenta um rol, por exemplo, de várias frases obrigatórias de alerta. Ela tem dificuldade em trazer uma orientação razoável e clara para a emissora ou para quem vai fazer a publicidade”, critica.

Ao analisar os episódios citados pela Senacon, Amanda Celli Cascaes, sócia do Salles Nogueira Advogados, especialista em direito digital e proteção de dados, afirma que há indícios que justificam a investigação, como a utilização de QR Codes que facilitam o acesso imediato às plataformas, a divulgação de odds promocionais durante as partidas e a associação da prática de apostas à paixão pelo futebol. “O QR Code, por si só, não é proibido. O problema está na indução à aposta imediata que ele pode viabilizar. Da mesma forma, as chamadas para odds turbinadas e promoções ligadas ao andamento da partida podem criar estímulos incompatíveis com os princípios do jogo responsável”, afirma.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Repercussão nas redes sociais e entre políticos

O estímulo às apostas on-line teve grande repercussão nas redes sociais, com a participação de políticos no debate. A deputada federal Camila Jara (PT-MS) é autora de um projeto de lei (PL) que veda a indução ao comportamento especulativo e a publicidade dissimulada de apostas durante transmissões de eventos esportivos. O texto proíbe que locutores mencionem, analisem ou comentem odds, cotações ou retornos financeiros de apostas. A proposta prevê sanções e multas para as emissoras e narradores/comentaristas que não respeitarem a lei.

“Infelizmente a parceria entre futebol e bets não é de hoje, mas surgiu um novo tipo de publicidade nas transmissões esportivas.

Narradores fazem comentários e exibem odds de forma contundente, induzindo o público a apostar. Muitas vezes o público não consegue distinguir claramente o que é comentário esportivo e o que é propaganda. O projeto visa proteger o telespectador, principalmente crianças e adolescentes”, comentou a deputada.

Mas as celebrações juninas e a pré-campanha eleitoral dificultam o avanço da proposta no Legislativo. “Nosso time legislativo vai trabalhar para dar a máxima celeridade ao projeto. Mas essa não é uma luta só do Parlamento. Cerca de 270 mil famílias estão em inadimplência severa por causa das bets. Dinheiro que colocava comida no prato, está indo

para as casas de apostas, cerca de R\$ 143 bilhões”, destacou.

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) acionou o Ministério Público Federal para impedir, em caráter imediato, a publicidade de bets e odds por comentaristas esportivos durante transmissões. “É inaceitável um comentarista usar a sua posição de ‘especialista’ para induzir os telespectadores a apostarem. Mais inaceitável ainda é eles sugerirem apostas em resultados improváveis como uma forma de ganhar dinheiro fácil, dando a entender que o resultado é provável”, afirmou a parlamentar nas redes sociais.

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP), por sua vez, direcionou um pedido ao influenciador Casimiro, o “Cazé”. Em uma publicação

no X, ela pediu para que ele apoie iniciativas como o movimento Brasil Contra Bets. “Foi você que ensinou a gente a ter expectativas mais altas a seu respeito. Foi por ser diferente da grande mídia que você conquistou o Brasil”, disse Tabata.

Políticos da direita também comentaram, com críticas ao governo Lula. O deputado Mario Frias (PL-SP) compartilhou um corte antigo de Cazé dizendo que “se o Bolsonaro está de um lado, eu estou do outro” e comentou que o influenciador virou alvo do governo que elegeu. “Cazé fez o L, comprou os direitos da Copa, desafiou a hegemonia da Globo, viu Lula sancionar as bets e, no final, virou alvo do governo que ajudou a eleger”, escreveu. (PJ e EE)

Reprodução/Instagram



Tabata pediu a Cazé apoio ao movimento Brasil Contra as Bets

FRAUDE CONTÁBIL

Americanas voltam a ser alvo da PF

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

Mais de dois anos após entrar com um pedido de recuperação judicial, as Lojas Americanas viraram alvo de uma nova ação da Polícia Federal (PF). Na Operação Disclosure, os agentes apuram a ocorrência de fraudes contábeis bilionárias dentro da empresa. Os acionistas de referência Carlos Alberto da Veiga Sicupira e Paulo Alberto Lemann (filho do também acionista Jorge Paulo Lemann), foram alguns dos alvos na operação, que também mirou Eduardo Saggioro Garcia, apontado como operador direto dos sócios.

A ação foi conduzida em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) e contou com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os policiais federais cumpriram nove mandados de busca e apreensão, incluindo buscas pessoais, no Rio de Janeiro e em São Paulo. As medidas foram autorizadas pela 10ª Vara Federal Criminal da capital fluminense. Além das ordens judiciais, a Justiça determinou o bloqueio de bens e valores de ex-diretores da companhia, em montante superior a R\$ 500 milhões.

De acordo com as investigações, também foram incluídos na operação executivos ligados a instituições financeiras que mantinham relação com a Americanas. Os nomes dos envolvidos são José de Castro Araújo Rudge Júnior e Gustavo Balassiano, do Itaú Unibanco; Carlos Henrique Villela Pedras, do Bradesco; e André Juacaba de Almeida e Alexandre Lian Abdo, do Santander.

Manipulação financeira

Segundo a PF, a nova etapa da investigação tem como objetivo aprofundar a apuração sobre o papel de antigos executivos da varejista em um suposto esquema de manipulação das demonstrações financeiras da empresa, envolvendo fraudes contábeis estimadas em aproximadamente R\$ 54 bilhões. De acordo com a polícia, as apurações reuniram indícios da prática de crimes como manipulação de mercado, uso de informação privilegiada (insider trading), associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Em nota, a Americanas informou que não foi alvo de mandados de busca e apreensão. afirmou, ainda, que a ação diz respeito a acionistas investigados no caso das fraudes contábeis reveladas há mais de dois anos. “A Americanas informa que não foi alvo de mandados de busca que a Operação Disclosure realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal se refere à fraude revelada em 2023. A Companhia seguirá colaborando com as investigações e é a maior interessada no esclarecimento dos fatos”, afirmou no comunicado.

Já a LTS, empresa que cuida dos investimentos de Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira – principais acionistas da companhia –, comentou, em nota, que os três empresários ficaram surpresos com a operação deflagrada pela PF e que as investigações apontam que tanto eles quanto o conselho de administração da empresa teriam sido “continuamente enganados e induzidos a erro pela antiga diretoria da companhia”. Eles ainda declararam entender que a operação faz parte do curso das apurações e reiteraram o compromisso de colaborar “plenamente” com as autoridades.